

Regimento Interno

da

Câmara Municipal

de

Piratini

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRATINI – R/S.

TÍTULO I

DA CÂMARA MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - A Câmara Municipal é Poder Legislativo do Município e se compõe de Vereadores, eleitos nas condições e termos da Legislação vigente.

Art. 2º - A Câmara realizará suas reuniões em sua sede oficial, à rua Bento Gonçalves, nº 116.

Parágrafo Único – Na sede da Câmara não se realizarão atos estranhos às suas funções, sem prévia autorização da mesa.

Art. 3º - Os Vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos emitidos.

Art. 4º - Cabe a Presidência dirigir com suprema autoridade, a polícia interna da Câmara, que será feita por seus funcionários, podendo o Presidente requisitar elementos de corporações civis ou militares para manter a ordem interna.

Art. 5º - Se no recinto da Câmara for cometida infração penal, o Presidente dará voz de prisão em flagrante, apresentando o infrator à autoridade policial para a lavratura do ato e instauração do processo-crime correspondente; se não houver flagrante o Presidente deverá comunicar o fato à autoridade policial.

CAPÍTULO II

DA INSTALAÇÃO DA LEGISLATURA E DA SESSÃO LEGISLATIVA

Art. 6º - No primeiro ano de cada legislatura, cuja duração coincide com a do mandato de Vereadores a Câmara reunir-se-á no dia 1º de janeiro para dar posse aos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito, bem como eleger sua mesa; comissão representativa e as comissões permanentes, entrando após em recesso.

Parágrafo Único – Assumirá a Presidência da sessão de instalação da legislatura o mais votado dos Vereadores presentes, que designará um de seus pares para secretariar os trabalhos.

CAPÍTULO III

DOS VEREADORES

SEÇÃO I

DO EXERCÍCIO DO MANDATO

Art. 7º - Compete ao Vereador:

- I – Participar das discussões e deliberações do Plenário;
- II – Votar nas eleições da mesa, comissões representativas e permanentes;
- III – Concorrer aos cargos da mesa e das comissões;
- IV – Usar a palavra em Plenário;
- V – Usar os recursos previstos neste regulamento.

Art. 8º - É dever do Vereador:

- I – Desincompatibilizar-se e fazer declaração de bens, no ato de posse e ao término do mandato.
- II – Obedecer às normas regimentais.

Art. 9º - O Vereador que cometer no recinto da Câmara, excesso que deva ser reprimido, está sujeito conforme à gravidade do ato, as seguintes sanções, além de outras previstas neste regimento:

- I – Advertência pessoal da presidência;
- II – Advertência em Plenário;
- III – Cassação da palavra.

SEÇÃO II

DA LICENÇA E DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 10 – O Vereador poderá licenciar-se, mediante requerimento dirigido à mesa nos seguintes casos:

I – Sem direito a remuneração:

- a) Para desempenhar cargo de Secretário Municipal;
- b) Para tratar de interesses particulares por prazo determinado, nunca inferior a (30) trinta dias.

II – Com direito à remuneração:

- a) Para tratamento de saúde, pelo prazo recomendado em laudo médico.

Art. 11 – Deferida a licença o Presidente convocará o suplente, que substituirá o titular.

Art. 12 – Será convocado o suplente quando o Presidente exercer, por qualquer prazo, o cargo de Prefeito, exceto no recesso.

SESSÃO III

DA VAGA DE VEREADOR

Art. 13 – A vaga de Vereador dar-se-á por extinção ou perda de mandato;

§ 1º - Extinção – Falecimento, Renúncia escrita, e nos demais casos previstos na Legislação pertinente ao caso.

§ 2º - Perda de Mandato – Cassação, nos casos na forma prevista em Lei.

Art. 14 – A renúncia do Vereador far-se-á por ofício dirigido à Câmara, e será aceita sem votação desde que seja lido em sessão pública e conste na ata.

SEÇÃO IV

DA REMUNERAÇÃO E DO RESSARCIMENTO DE DESPESAS

Art. 15 – A mesa, (30) trinta dias antes das Eleições Municipais, elaborará Projeto de Resolução fixando a remuneração dos Vereadores e representação do Presidente, remuneração do Prefeito, Vice Prefeito e suas respectivas verbas de representação. Para toda a legislatura seguinte, observados os limites e critérios da Constituição Federal.

Art. 16 – O Vereador, ou funcionário que se afastar do Município a serviço ou em representação da Câmara terá direito a diária, conforme critérios estabelecidos pela Mesa.

TÍTULO II

DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA

CAPÍTULO I

DA MESA

Art. 17 – A Mesa é o Órgão diretivo dos trabalhos da Câmara e compõe-se do Presidente, do Vice-Presidente, do 1º Secretário e do 2º Secretário.

Art. 18 – A eleição da Mesa ou preenchimento de vagas far-se-á por maioria simples em escrutínio secreto.

Art. 19 – Compete a Mesa:

- I – Administrar a Câmara Municipal;
- II – Propor privativamente a criação e a extinção dos cargos da Câmara Municipal e a fixação ou alteração dos respectivos vencimentos;
- III – Propor, cada ano, o orçamento da Câmara para o ano seguinte, encaminhando-o ao Executivo em tempo hábil, bem como abertura de créditos adicionais dentro do exercício em relação às dotações do Legislativo;
- IV – Promulgar as emendas da Lei Orgânica;
- V – Cumprir as decisões emanadas do Plenário.

CAPÍTULO II

DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE

Art. 20 – O Presidente dirigirá e representará a Câmara na forma da Lei Orgânica e deste Regimento.

Parágrafo Único – Compete ao Presidente:

I – Quanto as atividades do Plenário:

- a) Convocar, abrir, presidir, suspender e encerrar as sessões;
- b) Conceder ou negar a palavra aos Vereadores, nos termos deste Regimento Interno;
- c) Determinar ao Secretário a leitura da ata e das comunicações que entender convenientes;
- d) Advertir o orador que se desviar da matéria em discussão, ou faltar com a consideração devida à casa, a qualquer de seus membros ou aos poderes constituídos e seus titulares, a cassar-lhes a palavra em caso de insistência;
- e) Abrir e encerrar as fases da sessão e os prazos concedidos aos oradores;
- f) Organizar a Ordem do Dia;
- g) Resolver sobre qualquer questão de ordem ou submetê-la ao Plenário, quando omissa o Regimento;
- h) Votar, quando o processo de votação for secreto, quando a matéria exigir “quorum” qualificado e no caso de empate na votação;
- i) Zelar pelo cumprimento dos prazos estabelecidos em Lei.

II – Quanto às Proposições:

- a) Determinar, por requerimento do autor, a retirada de Proposição que não tenha recebido parecer de comissão, ou que tenha recebido parecer contrário;
- b) Autorizar o arquivamento e o desarquivamento de Proposições nos termos deste Regimento;
- c) Declarar a proposição prejudicada em face da rejeição ou aprovação de outra com o mesmo objetivo;
- d) Não aceitar emenda ou substitutivo que não sejam pertinentes à Proposição principal;

- e) Devolver ao autor a Proposição em desacordo com exigência regimental ou que contiver expressão anti-regimental;
 - f) Encaminhar ao Prefeito, em dois (02) dias úteis, os Projetos que tenham sido aprovados;
 - g) Dar ciência ao Prefeito em 48 horas, sob a pena de responsabilidade, sempre que tenham esgotados os prazos previstos para a apreciação de Projetos do Executivo, sem deliberação da Câmara, ou quando ditos Projetos forem rejeitados;
 - h) Promulgar Decretos Legislativos e resoluções aprovadas pelo Plenário, bem como as Leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário e não promulgadas pelo Prefeito.
- III – Quanto a administração da Câmara Municipal:
- a) Superintender os serviços da Câmara, praticando todos os atos administrativos e legais necessários ao seu bom funcionamento, como: nomear, exonerar, promover, punir funcionários da Câmara, conceder-lhes férias, licenças, abono de faltas, aposentadoria, acréscimo de vencimentos determinados por Lei e promover-lhes a responsabilidade administrativa, civil ou criminal;
 - b) Autorizar, nos limites orçamentários, as despesas da Câmara;
 - c) Determinar a abertura de sindicâncias e processos administrativos;
 - d) Fazer, ao fim de cada ano, relatório dos trabalhos da Câmara;
 - e) Prestar, anualmente, contas de sua gestão, até 15 de março do ano seguinte, encaminhando-as para serem incorporadas às do Executivo;
 - f) Relatório ao Tribunal de Contas, nos termos exigidos por aquela Corte.

CAPÍTULO III

DOS SECRETÁRIOS

Art. 21 – Ao 1º Secretário, além de substituir o Vice-Presidente em suas ausências ou impedimentos, compete:

- I – Fazer a chamada dos Vereadores ao abrir-se a sessão, anotando os que compareceram e os que faltaram e outras ocorrências sobre o assunto;
- II – Ler a ata e todos os papéis que devam ser de conhecimento da Câmara;
- III – Fazer a inscrição dos oradores;
- IV – Encaminhar as Proposições ao exame das comissões;
- V – Assinar com o Presidente os atos da Mesa e os Decretos Legislativos, resoluções e Leis promulgadas pela Presidência;
- VI – Redigir e transcrever as atas das sessões secretas.

CAPÍTULO IV

DOS LÍDERES

Art. 22 – Cada bancada partidária indicará no início de cada Ano Legislativo, um Líder, que falará oficialmente por ela.

Parágrafo Único – O Líder a qualquer momento da sessão, exceto na ordem do dia, poderá usar a palavra para comunicação urgente, devendo antecipar o assunto ao Presidente, que julgará de plano o seu cabimento, somente pode usar a palavra uma vez por sessão.

CAPÍTULO V

DAS COMISSÕES

Art. 23 – As comissões classificam-se, segundo a sua natureza, em:

- I – Permanentes.
- II – Temporárias.

Art. 24 – O Presidente da Câmara não poderá fazer parte de comissão permanente, especial ou de inquérito.

Art. 25 – As Comissões permanentes prestam assessoramento à Câmara através de exame das matérias que lhe forem submetidas, na forma de pareceres, e são constituídas de três (03) membros no mínimo.

Art. 26 – Os membros de comissões permanentes serão eleitos mediante indicação dos respectivos líderes na mesma sessão em que for eleita a Mesa e a duração de sua investidura coincidirá com a desta.

Parágrafo Único – É comissão permanente a comissão geral de pareceres a qual compete opinar, previamente à discussão e votação pelo Plenário, sobre todos os Projetos de Lei, Decretos Legislativos, de Resolução e Proposições que não tenham encaminhamento especial.

Art. 27 – O Presidente da Comissão distribuirá a matéria ao redator, sendo de sete (07) dias o prazo para a apresentação de Parecer, e em caso de regime de urgência o prazo ficará reduzido à Terça parte.

Parágrafo Único – Após trinta (30) dias sem apresentação de parecer a matéria será incluída na ordem do dia da sessão seguinte, a requerimento de qualquer Vereador com ou sem parecer.

Art. 28 – Se o Prefeito julgar urgente projeto de sua iniciativa e solicitar sua apreciação em quarenta e cinco (45) dias, ficam mantidos os prazos estabelecidos no artigo anterior.

Parágrafo Único – Esgotado o prazo estabelecido neste artigo, sem deliberação da Câmara, o Presidente incluirá o Projeto automaticamente, na ordem do dia da sessão seguinte.

Art. 29 – Os trabalhos de comissão efetiva obedecerão à seguinte ordem:

- I – Leitura, discussão e votação do parecer;

§ 1º - O pedido de vistas deverá ser feito antes da votação, com prazo de cinco (05) dias e será comum a todos os requerentes;

§ 2º - É vedado o pedido de vistas de processo em regime de urgência.

Art. 30 - As Comissões temporárias destinam-se a apreciar assunto relevante ou excepcional, ou a representar a Câmara, e serão constituídas, no mínimo de três (03) membros, exceto quando se trata de representação externa.

Parágrafo Único - As Comissões temporárias podem ser especiais e de inquérito, e serão constituídas com atribuição e prazo de funcionamento definidos.

Art. 31 - As comissões temporárias, serão constituídas, mediante requerimento de Vereador, aprovado pelo Plenário, quando se tratar de comissão especial ou de representação externa. Requerimento subscrito no mínimo um terço (1/3) dos Vereadores deferido de pleno pelo Presidente, quando se tratar de comissão de inquérito, para apuração de fato determinado. De ofício, pelo Presidente da Câmara, quando se tratar de comissão especial para apreciar emendas a Lei Orgânica ou alteração do Regime Interno.

Art. 32 - A comissão de inquérito, será constituída, a requerimento de um terço (1/3) dos Vereadores e deferida de plano pelo Presidente, destina-se a apurar fato determinado, que se constitua em irregularidade praticada por agente administrativo ou Vereador.

§ 1º - Deferida a constituição da comissão de inquérito, ficará esclarecido o teor das investigações a serem feitas, serão designados seus membros, em número de três (03), tendo o prazo de cinco (05) dias úteis para se instalar, sob a pena de tornar-se sem efeito a mesma e sessenta (60) dias úteis para apresentar as conclusões.

§ 2º - Determinará diligências, ouvir acusados, inquirir testemunhas, requisitar informações, determinar perícias, e tudo o mais se fizer necessário para obter o esclarecimento dos fatos, assegurada ampla defesa dos indiciados.

§ 3º - As conclusões do trabalho da comissão de inquérito constarão de relatório e de projeto de resolução, que conforme o caso será enviado ao Ministério Público.

Art. 33 - O parecer de comissão deverá constituir de relatório da matéria, exame da Mesa e concessão.

§ 1º - O parecer de comissão concluirá:

- a) aprovação; ou
- b) rejeição.

§ 2º - Na contagem dos votos emitidos em reunião de comissão, também são considerados:

- a) a favor do parecer
- b) contra o parecer

Art. 34 – Todos os membros de comissão que participarem da deliberação assinarão o parecer, indicando o seu voto.

TÍTULO III

DAS SESSÕES

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 35 – As sessões da Câmara são:

I – Ordinárias, realizadas, as segundas-feiras, das 17 hs às 21 hs, destina-se as atividades normais do Plenário.

II – Extraordinárias, as realizadas fora dos dias ou do horário das ordinárias.

III – Secreta.

IV – Solene.

V – Especial.

Art. 36 – Durante a sessão, além dos Vereadores, poderão excepcionalmente usar da palavra, visitantes, recepcionados e homenageados, o Prefeito e Secretários Municipais convocados.

§ 1º - O orador submeter-se-á as seguintes normas:

- a) Falará de pé, exceto o Presidente, só por enfermidade poderá obter permissão para falar sentado;
- b) O orador não poderá ser interrompido a não ser para:
 - a) Formulação de questões de ordem;
 - b) Requerimento de prorrogação de sessão.

CAPÍTULO II

DO “QUORUM”

Art. 37 – É necessária a presença de pelo menos, um terço (1/3) de seus membros, para que a Câmara se reúna e da maioria de seus membros para que se delibere.

§ 1º - As deliberações serão tomadas por maioria de votos, presente maioria dos membros da Câmara, salvo os casos expressões neste capítulo.

§ 2º - São exigidos os votos favoráveis de pelo menos dois terços (2/3) dos membros da Câmara Municipal para:

- a) Aprovação de Decreto Legislativo que contraria o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, sobre as contas que o Prefeito deve prestar anualmente.

b) Alteração da Lei Orgânica que exigirá ainda, duas votações com interstício mínimo de dez (10) dias.

§ 3º - É exigido o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara para:

a) Rejeição de Veto do Prefeito;

b) Aprovação de resolução que crie cargo na Câmara Municipal.

CAPÍTULO III

SEÇÃO I

DA DIVISÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA

Art. 38 – A Sessão Ordinária com duração normal de quatro (04) horas, divide-se nas seguintes partes:

I – Verificação de “Quorum”, leitura e votação da ata da sessão anterior, leitura dos Projetos de Lei, das Proposições e correspondências enviadas à Mesa;

II – Grande expediente, com duração máxima de uma (01) hora, sendo quinze minutos para cada orador, até o máximo de (04);

III – Explicação pessoal, com (05) minutos para cada orador, até o máximo de três (03), se houver tempo.

Parágrafo Único – O Vereador pode, requerer retificação da ata, o que será feito por escrito e submetido a votação na próxima sessão, sem discussão.

SEÇÃO II

DA DURAÇÃO DOS DISCURSOS

Art. 39 – O Vereador terá a sua disposição além dos tempos previstos nas diversas fases em que se divide a Sessão Ordinária:

I – Cinco (05) minutos para comunicação de líder, em questão de ordem, sustentação de recurso ao Plenário de despacho do Presidente e encaminhamento de votação;

II – Dez (10) minutos para discussão de matéria na ordem do dia e em casos especiais não previstos neste Regimento e deferidos pelo Presidente;

III – Quinze (15) minutos para discussão do orçamento e da prestação de contas do Prefeito.

SEÇÃO III

DO APARTE

Art. 40 – Aparte é a interrupção do discurso, breve e oportuna, para indagação, contestação ou esclarecimento sobre a matéria. Só será permitido com licença expressa do orador e dentro do Regime Interno.

Art. 41 – É vedado o aparte:

- I – Ao Presidente;
- II – Paralelo ao discurso do orador;
- III – No encaminhamento de votação, questão de ordem e comunicação de líder;
- IV – Em sustentação de recurso;
- V – Quando o orador antecipadamente declarar que não o concederá.

Art. 42 – A Sessão poderá ser suspensa ou levantada, conforme o caso, para:

- I – Manter a Ordem;
- II – Recepcionar visitante ilustre;
- III – Ouvir Comissão;
- IV – Prestar homenagem de pesar.

Parágrafo Único – Não será admitida suspensão de Sessão quando estiver sendo votada qualquer matéria em Plenário a não ser para manter a ordem.

CAPÍTULO IV

DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Art. 43 – A Sessão Extraordinária será convocada de ofício pelo Presidente ou a requerimento de dois terços (2/3) dos Vereadores, aprovado pelo Plenário, neste caso sem ônus para o Município, e por solicitação expressa do Prefeito Municipal, e se destina a apreciação de matéria relevante devidamente especificada.

§ 1º - Somente serão aceitas pela Mesa, Proposições diretamente relacionadas com a matéria constante da convocação;

§ 2º - A Sessão Extraordinária poderá ser seguida de outra da mesma natureza.

Art. 44 – O Presidente convocará Sessão Extraordinária toda vez que for evidente que a simples prorrogação da Sessão não alcançará os objetivos visados.

§ 1º - Nos casos de Sessão Extraordinária determinada de ofício pelo Presidente e não anunciada em Sessão Plenária, os Vereadores serão convocados por escrito, mediante recibo com antecedência mínima de quarenta e oito (48) horas.

§ 2º - Nos casos de extrema urgência para discussão de matéria cujo adiamento torne inútil a deliberação ou importe em grave prejuízo a coletividade, o Presidente poderá convocar Sessão Extraordinária da Câmara,

com até vinte e quatro (24) horas de antecedência, observados os requisitos do parágrafo anterior.

CAPÍTULO V

DA SESSÃO SECRETA

Art. 45 – A Câmara poderá realizar Sessão Ordinária ou Extraordinária em caráter secreto, ou transformar a pública em secreta a requerimento de líder, ou por iniciativa do Presidente.

Parágrafo Único – Deferido o pedido, o Presidente fará sair do recinto das Sessões todos os que não forem Vereadores em exercício, a ata será aprovada pelo Plenário, fechada em invólucro lacrado e rubricado pelo Presidente, 1º e 2º Secretários, e pelos líderes, data da Sessão, assunto tratado e arquivado.

CAPÍTULO VI

DA SESSÃO ESPECIAL

Art. 46 – A Sessão Especial, destina-se:

- I – Ao recebimento do relatório do Prefeito;
- II – A ouvir Secretário Municipal ou de Órgão equivalente;
- III – A outros fins não previstos neste Regimento.

Parágrafo Único – Somente poderão ser remuneradas as Sessões especiais para os fins previstos nos itens I e II deste Artigo.

CAPÍTULO VII

DA SESSÃO SOLENE

Art. 47 – A Sessão Solene destina-se a comemoração ou homenagem, nela poderão fazer uso da palavra os Vereadores previamente indicados pelo Presidente e de comum acordo com as lideranças, o Prefeito e os homenageados;

Parágrafo Único – Não será remunerada e poderá ser realizada fora do recinto da Câmara.

CAPÍTULO VIII

DA ATA DA SESSÃO

Art. 48 – A ata é o resumo fiel da sessão e será redigida sob a orientação do 1º Secretário, que assinará juntamente com o Presidente da Câmara depois de aprovada pelo Plenário.

§ 1º - A ata da sessão secreta será redigida pelo Vereador 1º Secretário;

§ 2º - As proposições e documentos apresentados em sessão serão indicados em ata sucintamente, salvo requerimento de transcrição integral, aprovado pelo Plenário;

§ 3º - A transcrição de declaração de voto feita, por escrito e em termos concisos e regimentais, deve ser requerida ao Presidente, que não negará;

§ 4º - Cada Vereador poderá impugnar ou pedir retificação de ata, por requerimento escrito que será submetido ao Plenário sem discussão ou encaminhamento de votação, sendo votado na sessão seguinte;

§ 5º - Aprovada a impugnação, será lavrada nova ata, aceita a retificação a ata será alterada.

TÍTULO IV

CAPÍTULO I

DO PROCESSO LEGISLATIVO

DA ORDEM DO DIA

Art. 49 – Ordem do dia é a fase da sessão destinada à discussão e votação de Proposição.

Parágrafo Único – A ordem do dia será distribuída aos Vereadores no início da sessão, através de avulsos que conterão a relação das Proposições, pareceres e demais elementos que a Mesa considerar indispensáveis ao esclarecimento do Plenário.

CAPÍTULO II

DA DISCUSSÃO

Art. 50 – A discussão geral, respeitados os casos previstos neste regimento, será única, e é a fase dos trabalhos destinados aos debates em Plenário e a apresentação de emendas.

Parágrafo Único – Havendo mais de uma proposição diferente sobre o mesmo assunto, a discussão obedecerá à ordem cronológica de apresentação.

Art. 51 – Após a leitura de parecer, cada Vereador inscrito poderá discutir a matéria.

§ 1º - O encerramento da discussão dar-se-á pela ausência de oradores, pelo decurso dos prazos regimentais ou por requerimento aprovado pelo Plenário.

§ 2º - Somente será permitido requerer o encerramento da discussão após terem falado dois Vereadores favoráveis e dois contra, entre os quais o autor, salvo desistência expressa.

§ 3º - O pedido de encerramento não é sujeito à discussão, devendo ser votado em Plenário.

Art. 52 – Apresentada a emenda à proposição em discussão, será a matéria retirada da ordem do dia e reencaminhada à comissão, para exame.

§ 1º - Estando a matéria sob regime de urgência, aprovado pelo Plenário, a sessão será suspensa pelo prazo necessário à comissão emitir parecer sobre a emenda.

§ 2º - Retornando a proposição ao Plenário, na mesma sessão, não mais permitidas emendas.

§ 3º - A comissão poderá apresentar emendas, subemendas ou substitutivos, quando a matéria estiver sob seu exame, em qualquer fase de tramitação.

Art. 53 – O adiamento da discussão de qualquer matéria poderá ser requerida pelo Vereador e depende de decisão do Plenário.

§ 1º - O adiamento será concedido para estudo da matéria a qual será encaminhada para vistas, ao Vereador autor do pedido de adiamento.

§ 2º - O adiamento não poderá ser por prazo, que ultrapasse a ata da sessão ordinária seguinte, e será comum a todos os Vereadores interessados.

CAPÍTULO III

DA VOTAÇÃO

Art. 54 – A votação será realizada após a discussão geral e, se não houver número, na sessão seguinte.

§ 1º - Após a votação simbólica ou nominal o Vereador poderá fazer declaração de voto.

§ 2º - A votação será, contínua e só em casos excepcionais, a critério do Presidente poderá ser interrompida.

Art. 55 – A votação será:

I – Simbólica, sempre que a matéria não estiver submetida a forma especial de votação;

II – Secreta, nos casos previstos neste Regimento ou a requerimento de líder, aprovado pelo Plenário e na apreciação de veto cujo quorum é maioria absoluta.

§ 1º - Na votação simbólica os Vereadores que estiverem a favor da proposição permanecerão sentados;

§ 2º - Na votação nominal será feita a chamada dos Vereadores que responderão "sim" para aprovar e "não" para rejeitá-la.

§ 3º - A votação secreta será feita por meio de células colocadas em sobrecargas pelo Presidente e recolhidas à urna, à vista do Plenário será feita eleição da Mesa, comissão representativa e permanente, e em outros casos o requerimento aprovado pelo Plenário, se não houver disposição legal em contrário.

SEÇÃO I

DO ENCAMINHAMENTO DA VOTAÇÃO

Art. 56 – Posta a matéria em votação, o líder, o Vereador por ele indicado poderá encaminhá-la, pelo prazo de cinco (05) minutos improrrogáveis, sem aparte.

Parágrafo Único – Na votação parcelada o encaminhamento será feito por parte e no caso de destaque, falará ainda o Vereador que solicitou.

SEÇÃO II

DO ADIAMENTO DA VOTAÇÃO

Art. 57 – A votação poderá ser adiada uma vez, até a Sessão Ordinária seguinte, a requerimento de líder.

Parágrafo Único – Não cabe adiamento de votação:

- a) Veto;
- b) Proposição em regime de urgência;
- c) Redação final, salvo quando verificado em forma substancial.
- d) Requerimentos que, nos termos deste Regimento Interno devam ser despachados de plano pelo Presidente ou submetidas ao Plenário na mesma sessão de apresentação.
- e) Matéria em prazo fatal para deliberação.

CAPÍTULO IV

DA URGÊNCIA

Art. 58 – O pedido de urgência será solicitado, por qualquer Vereador e submetido ao Plenário.

Parágrafo Único – Se a urgência for aprovada, a matéria entrará em discussão e votação na sessão seguinte.

Art. 59 – Se o Prefeito solicitar que Projeto de sua iniciativa seja apreciado com urgência na prazo fixado na Lei Orgânica.

Parágrafo Único – Se ao final do prazo referido neste artigo o projeto não for apreciado, será incluído na ordem do dia, sustentando-se a votação de qualquer outra matéria, até que se ultime a votação.

Art. 60 – A requerimento subscrito pela maioria absoluta dos Vereadores, qualquer Proposição, exceto projetos de emenda à Lei Orgânica de codificação, de orçamento do Município, de criação de cargos na Câmara Municipal, bem como deliberação sobre as contas do Prefeito, poderá ser incluída de imediato na ordem do dia, com ou sem parecer.

Parágrafo Único – No caso deste artigo o Presidente suspenderá a sessão por tempo necessário a que a comissão, em reunião extraordinária examine a matéria e emita parecer que poderá ser verbal.

Art. 61 – Aprovada a urgência ou inclusão imediata na ordem do dia na forma dos dispositivos anteriores, ou por requerimento subscrito por dois terços (2/3) dos Vereadores pode a deliberação ser revogada.

Parágrafo Único – Tratando-se de urgência solicitada pelo Prefeito, nos termos da Lei Orgânica ou quando o adiamento possa prejudicar o prazo fatal a que a matéria esteja sujeita, não pode ser revogada a decisão.

CAPÍTULO V

DOS ATOS PREJUDICADOS

Art. 62 – Consideram-se prejudicados e serão arquivados por determinação do Presidente:

I – Proposição idêntica à outra em tramitação ou que tenha sido declarada inconstitucional pelo Plenário;

II – A Proposição principal e as emendas quando houver substituto aprovado;

III – A emenda de conteúdo igual ou contrário ao de outra já aprovada;

IV – A emenda de conteúdo igual ao de outra já rejeitada.

Parágrafo Único – Os atos prejudicados de ofício pelo Presidente ou a requerimento de Vereador.

CAPÍTULO VI

DA REDAÇÃO FINAL

Art. 63 – Após a votação, projetos, emendas, serão encaminhadas à comissão para elaboração da redação final, e após, à mesa para remessa ao Executivo, no caso de Projetos de Lei.

Parágrafo Único – Verificada na redação final inexatidão material, lapso ou erro manifesto no texto, a mesa determinará as correções necessárias comunicando-as imediatamente ao Plenário.

Art. 64 – Os prazos que devem ser observados para sanção, promulgação ou veto dos projetos são os que constam na Lei Orgânica.

TÍTULO V

DA INTERPRETAÇÃO E OBSERVÂNCIA DO REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I

DA QUESTÃO DE ORDEM

Art. 65 – Questão de ordem é a interpelação ou aplicação deste Regimento.

Parágrafo Único – Só será aceita pelo Presidente se formulada com clareza, brevidade e indicação do dispositivo regimental em que se baseia. Cabe ao Presidente dirimir as dúvidas e da sua decisão, somente cabe recurso ao Plenário na sessão seguinte, ouvida a comissão permanente.

TÍTULO VI

DAS PROPOSIÇÕES EM GERAL

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 66 – Proposição é toda matéria sujeita à deliberação do Plenário, devendo ser redigida com clareza consistindo em:

- I – Projeto de Emenda à Lei Orgânica;
- II – Projeto de Lei;
- III – Projeto de Decreto Legislativo;
- IV – Projeto de Resolução;
- V – Indicação;
- VI – Moção;
- VII – Requerimento;
- VIII – Pedido de informações;

- IX – Emenda, Subemenda e Substitutivo;
- X – Recurso.

Art. 67 – A Presidência deixará de aceitar qualquer Proposição que:

- I – Versar sobre assunto alheio à competência;
- II – Delegar a outro poder atribuições privativas deste Regimento;
- III – Faça Referência a Lei, Decreto, regulamento ou qualquer outro dispositivo legal sem se fazer acompanhar de sua transcrição;
- IV – Faça menção de contrato ou concessão sem sua transcrição por extenso;
- V – Seja redigida obscuramente, não sabendo-se qual o objetivo;
- VI – Seja anti-regimental;
- VII – Seja apresentada por Vereador ausente, exceto requerimento de licença deste.

Parágrafo Único – Da decisão da Presidência caberá recurso ao Plenário, por parte do autor, ouvida a comissão permanente.

Art. 68 – O autor poderá requerer a retirada da Proposição:

- I – Ao Presidente antes de haver recebido parecer de comissão, ou este for contrário;
- II – Ao Plenário se houver parecer favorável.

Parágrafo Único – O Prefeito poderá retirar a sua Proposição em qualquer fase, inclusive na ordem do dia, com ofício que a data anteceda à mesma.

Art. 69 – A matéria constante de projeto de iniciativa da Câmara rejeitado ou não sancionado só poderá constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa mediante proposto da maioria absoluta dos Vereadores.

CAPÍTULO II

DAS PROPOSIÇÕES ORDINÁRIAS

SEÇÃO I

DO PROJETO DE LEI

Art. 70 – Projeto de Lei é a Proposição sujeita a Sanção do Prefeito, que disciplina matéria da competência do Município.

SEÇÃO II

DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Art. 71 – Projeto de Decreto Legislativo é a Proposição que disciplina matéria de exclusiva competência da Câmara.

Parágrafo Único – São objeto de Decreto Legislativo, entre outros:

- a) Fixação, por iniciativa da mesa dos subsídios e da representação do Prefeito, Vice-Prefeito e da remuneração dos Vereadores e representação do Presidente;
- b) Decisão sobre as contas anuais do Prefeito;
- c) Autorização para o Prefeito ausentar-se do Município ou licenciar-se;
- d) Cassação de mandato.

SEÇÃO III

Art. 72 – Projeto de Resolução é a Proposição referente ao assunto de economia interna da Câmara.

Parágrafo Único – São objeto de Projeto de Resolução:

- a) Regimento Interno e suas alterações;
- b) Organização e criação de cargos dos serviços administrativos da Câmara Municipal;
- c) Destituição de membros da mesa;
- d) Conclusões de Comissão de Inquérito;
- e) Decisão sobre as contas do Prefeito.

SEÇÃO IV

DAS INDICAÇÕES

Art. 73 – Indicação é a Proposição em que o Vereador sugere medidas de interesse público aos poderes competentes.

Parágrafo Único – As indicações serão lidas no expediente e encaminhadas a quem de direito, independente de deliberação do Plenário.

SEÇÃO V

DAS MOÇÕES

Art. 74 – Moção é a Proposição em que é sugerida a manifestação da Câmara sobre o assunto determinado, hipotecando solidariedade ou apoio, protestando ou repudiando.

§ 1º - Subscrita no mínimo, por um terço (1/3) dos Vereadores, depois de lida será despachada à ordem do dia, da sessão seguinte.

§ 2º - Quando requerida por Vereador a Moção será previamente à Comissão Permanente e, após submetida ao Plenário.

SEÇÃO VI

DOS REQUERIMENTOS

Art. 75 - Requerimento é todo pedido verbal ou escrito feito ao Presidente da Câmara, sobre o assunto determinado, por Vereador ou comissão.

Art. 76 - Serão verbais os requerimentos que solicitem:

- I - A palavra ou desistência dela;
- II - Permissão para falar levantado;
- III - Leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;
- IV - Observância de disposição regimental;
- V - Retirada pelo autor; Proposição sem parecer ou com parecer contrário;
- VI - Verificação de votação ou presença;
- VII - Preenchimento de vaga em comissão;
- VIII - Justificativa de voto.

Art. 77 - Serão escritos os requerimentos que solicitem:

- I - Renúncia de membro da mesa;
- II - Juntada ou desentranhamento de documentos;
- III - Informações em caráter oficial sobre atos da mesa ou da Câmara;
- IV - Votos de pesar por falecimento;
- V - Destaque de matéria para votação;
- VI - Votos de louvor ou congratulações;
- VII - Inserção de documento em ata;
- VIII - Retirada pelo autor, de Proposição já submetida à discussão pelo Plenário, ou com parecer favorável;
- IX - Informações solicitadas ao Prefeito;
- X - Convocação de Secretários Municipais ou Diretores de Órgãos da Administração externa;
- XI - Constituição de comissão especial ou de representação externa;
- XII - Adiamento de discussão e votação;
- XIII - Licença de Vereador;
- XIV - Urgência, adiamento e retirada de urgência;
- XV - Realização, de sessão solene, especial, extraordinária ou secreta.

SEÇÃO VII

DOS PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

Art. 78. – Pedido de Informação é a Proposição solicitando esclarecimentos ou dados relativos à Administração Municipal.

SEÇÃO VIII

DAS EMENDAS, SUBEMENDAS E SUBSTITUTIVOS

Art. 79 – Emenda é a Proposição que visa modificar a principal, e pode ser apresentada por qualquer Vereador nos termos deste Regimento.

§ 1º - A emenda global é denominada substitutivo;

§ 2º - A modificação proposta à emenda é denominada subemenda, e obedecerá às normas aplicadas às mesmas.

§ 3º - Não será admitida emenda que não seja rigorosamente pertinente ao projeto.

§ 4º - Cabe recurso ao Plenário da decisão do Presidente que indefira juntada de emenda.

Art. 80 – A apresentação de emenda far-se-á:

I – Na comissão, quando a matéria estiver sob seu exame.

II – Na ordem do dia, quando a matéria estiver em discussão.

SEÇÃO IX

DOS RECURSOS

Art. 81 – Os recursos contra atos do Presidente de comissão serão interpostos dentro do prazo improrrogável de cinco (05) dias contados da ata da ocorrência, através de requerimento.

§ 1º - O recurso contra ato do Presidente da Câmara será encaminhado ao exame da comissão permanente e submetido à decisão do Plenário na sessão seguinte da Câmara.

§ 2º - O recurso contra ato de Presidente de comissão terá a tramitação que consta no parágrafo anterior, sendo porém a Mesa que emitirá parecer.

CAPÍTULO III

DAS PROPOSIÇÕES ESPECIAIS

SEÇÃO I

DO ORÇAMENTO

Art. 82 – Na apreciação do Projeto de Lei orçamentária, serão observadas as seguintes normas:

I – Após comunicação ao Plenário do recebimento, o Projeto será encaminhado ao exame de comissão permanente;

II – Somente na comissão e durante os oito (08) primeiros dias, poderão ser oferecidas emendas;

III – A comissão tem prazo de dez (10) dias para emitir parecer;

IV – O pronunciamento da comissão sobre as emendas será final salvo se um terço (1/3) dos membros da Câmara requerer ao Presidente a votação em Plenário que se fará sem discussão de emenda aprovada ou rejeitada pela comissão;

V – Impreterivelmente até o dia 30 de novembro o projeto será incluído na ordem do dia;

VI – O projeto e as emendas destacadas com os respectivos pareceres serão distribuídos aos Vereadores para discussão na ordem do dia;

VII – O autor da emenda destacada é autor do destaque e o relator da emenda poderão encaminhar a votação, durante (05) minutos cada um;

VIII – Não serão objeto de deliberação as emendas que:

a) Aumentem a despesa prevista, em projetos de iniciativas exclusivas do Prefeito;

b) Sejam incompatíveis com o plano plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

c) Não indiquem os recursos necessários admitidos apenas as provenientes de redução ou anulação de despesa, excluídas as mencionadas na Constituição Federal;

d) Em relação ao Projeto de diretrizes orçamentárias, sejam incompatíveis com o plano plurianual;

IX – Impreterivelmente até o dia 30 de novembro será encaminhado o Projeto ao Executivo, na forma deliberada.

SEÇÃO II

DOS PROJETOS DE CODIFICAÇÃO

Art. 83 – Os Projetos de códigos, consolidações e estatutos, depois de apresentados em Plenário, serão distribuídos por cópia aos Vereadores e encaminhados a exame da comissão permanente.

§ 1º - Durante o prazo de dez (10) dias poderão os Vereadores encaminhar à comissão emendas.

§ 2º - A comissão, esgotado o prazo de emendas, dará parecer, dentro de vinte (20) dias, inclusive sobre emendas, após o projeto será incluído na Ordem do Dia.

SEÇÃO III

DA CASSAÇÃO DO MANDATO DE PREFEITO

Art. 84 - O processo de cassação de mandato do Prefeito pela Câmara Municipal, por infrações político-administrativas, definidos na Lei Orgânica, obedecerá as normas estabelecidas pelo Decreto de Lei 201/67, que ficam no que se refere ao processo incorporados a este Regimento.

SEÇÃO IV

DA PERDA DO MANDATO DO VEREADOR

Art. 85 - A perda do mandato do Vereador dar-se-á nos casos e pela forma previstos na Legislação pertinente, oferecido no artigo anterior.

SEÇÃO V

DO DECORO PARLAMENTAR

Art. 86 - O Vereador que descumprir os deveres inerentes a seu mandato ou praticar ato, que macule sua dignidade estará sujeito ao processo e as medidas disciplinares contidas na Lei Orgânica Municipal e neste Regimento.

SEÇÃO VI

DA CRIAÇÃO DE CARGOS NA CÂMARA

Art. 87 - As resoluções de criação de cargos na Câmara Municipal só serão consideradas aprovadas se obtiverem o voto da maioria absoluta dos Vereadores, em duas (02) votações com intervalo mínimo de quarenta e oito (48) horas entre uma e outra, e desde que previsto na Lei de Diretrizes.

SEÇÃO VII

DAS EMENDAS À LEI ORGÂNICA

Art. 88 – A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

I – De um terço (1/3) da Câmara Municipal.

II – Do Prefeito Municipal.

§ 1º - Em qualquer dos casos, a proposta será discutida e votada em duas sessões com interstício de 10 dias no mínimo, será aprovada com maioria de dois terços (2/3). Não sendo votada em 90 dias será a proposta arquivada.

§ 2º - A emenda à Lei Orgânica será promulgada pela Mesa da Câmara Municipal, com o respectivo número de ordem.

Art. 89 – O Projeto de emenda à Lei Orgânica será lido no expediente, distribuído por cópia aos Vereadores e encaminhado à Comissão Especial designada pelo Presidente, nos termos deste Regimento.

§ 1º - A comissão terá o prazo de dez (10) dias úteis para apresentar parecer que poderá concluir por substitutivo.

§ 2º - Durante os cinco (05) primeiros dias de que trata este artigo, qualquer Vereador poderá apresentar emenda ao Projeto no âmbito da comissão.

§ 3º - Esgotado o prazo para apresentação de parecer, o projeto de emenda à Lei Orgânica, com as emendas ou substitutivos aprovados pela comissão, será encaminhado ao Plenário e submetido a 1ª. discussão e votação.

§ 4º - A matéria aprovada em 1ª. votação será enviada a 2ª. Discussão e votação durante as quais não poderão ser apresentadas emendas.

SEÇÃO VIII

DA ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO

Art. 90 – Este Regimento só poderá ser alterado por proposta da Mesa ou de (1/3) dos Vereadores, no mínimo, através de projetos de resolução.

§ 1º - O Projeto será lido no expediente, distribuído por cópia aos Vereadores e encaminhado à comissão especial designada pelo Presidente, nos termos deste Regimento.

§ 2º - Dentro do prazo de dez (10) dias úteis a comissão apresentará parecer, que poderá concluir por substitutivo.

§ 3º - Durante três (03) dias úteis, qualquer Vereador poderá encaminhar à comissão emenda ao Projeto.

§ 4º - Esgotado o prazo para apresentação de parecer, o Projeto de Resolução será incluído na ordem do dia da sessão seguinte para discussão e votação durante as quais não poderão ser apresentadas emendas.

TÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA

Art. 91 – A Câmara, durante o período de recesso, poderá ser convocada extraordinariamente pelo Prefeito, pela Comissão Representativa ou pela maioria dos seus membros quando houver matéria de interesse público relevante e urgente.

§ 1º - O ato de convocação indicará a matéria a ser apreciada.

§ 2º - Reunida em reunião legislativa extraordinária, na forma deste artigo, a Câmara deliberará exclusivamente sobre a matéria objeto de convocação.

TÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 92 – Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 23/12/1996.

Art. 93 – Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal
Piratini, 23 de dezembro de 1996

ADÃO ANDRADE PORTO
PRESIDENTE

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE PIRATINI

Fone: (53) 3257-2764

Fones: (53) 3257-2584 - 3257-1576 - 3257-2009 - 3257-1260 - 3257-1395

e-mail: camara@camarapiratini.rs.gov.br

Site: www.camarapiratini.rs.gov.br

RESOLUÇÃO N° 01/2022

ALTERA O INCISO "I", DO ART. 35, CAPÍTULO I, TÍTULO III, DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRATINI.

JOSÉ AURI SOARES, Presidente da Câmara Municipal de Piratini, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO saber que o plenário aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução.

Art. 1º - O inciso I, do Art. 35, Capítulo I, Título III, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Piratini, passa a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 35 - ...

I – Ordinárias realizadas as Quintas-feiras, no horário das 09h 30min, destinase as atividades normais do Plenário.

...

Art. 2º - ...

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, EM 03 DE FEVEREIRO DE 2022.

JOSÉ AURI SOARES
Presidente Legislativo 2022





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE PIRATINI

CNPJ: 22.862.949/0001-33
Rua Bento Gonçalves, 116 - CEP: 96.490-000
(53) 3257-2584 - camara@camarapiratini.rs.gov.br
www.camarapiratini.rs.gov.br

RESOLUÇÃO N° 01/2023

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 2° DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL.

JOSÉ AURI SOARES, Presidente da Câmara Municipal de Piratini,
Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu
promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1° - O Art.2º do Regimento Interno da Câmara Municipal passa a
vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - A Câmara realizará suas reuniões em sua sede oficial, á
Rua Bento Gonçalves, nº 116.

§ 1º - Na sede da Câmara não se realizarão atos estranhos às suas
funções, sem previa autorização da mesa.

§ 2º - Por requerimento de vereador, aprovado pelo plenário, a
Câmara poderá reunir-se em outro local do município de Piratini.”

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entrará em
vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Piratini, em 29 de novembro de 2023.

JOSÉ AURI SOARES
Presidente Legislativo 2023





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE PIRATINI

CNPJ: 22.862.949/0001-33
Rua Bento Gonçalves, 116 - CEP: 96.490-000
(53) 3257-2584 - camara@camarapiratini.rs.gov.br
www.camarapiratini.rs.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 02 /2023

“DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 2º DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL”.

JOSÉ AURI SOARES, Presidente da Câmara Municipal de Piratini,
Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu
promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º - O Art.2º do Regimento Interno da Câmara Municipal passa a vigorar
com a seguinte redação:

“Art. 2º - A Câmara realizará suas reuniões em sua sede oficial, á
Rua Bento Gonçalves, nº 116.

§ 1º - Na sede da Câmara não se realizarão atos estranhos às suas
funções, sem previa autorização da mesa.

§ 2º - Por requerimento de vereador, aprovado pelo plenário, a
Câmara poderá reunir-se em outro local do município de Piratini.

§ 3º - Todas as Sessões Ordinárias, Extraordinárias e Especiais, bem
como as Audiências Públicas a serem realizadas pelo Poder Legislativo, serão transmitidas em
tempo real por meio das redes sociais da Câmara Municipal de Piratini.”

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entrará em vigor
na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Piratini, em 07/12/2023.


JOSÉ AURI SOARES
PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE PIRATINI

CNPJ: 22.862.949/0001-33
Rua Bento Gonçalves, 116 - CEP: 96.490-000
(53) 3257-2584 - camara@camarapiratini.rs.gov.br
www.camarapiratini.rs.gov.br

RESOLUÇÃO N° 01/2024

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO ARTIGO 18 DO
REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA
MUNICIPAL DE VEREADORES DE PIRATINI.

JOSÉ AURI SOARES, Presidente da Câmara Municipal de Piratini, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO saber que o Plenário aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Acrescenta o parágrafo único no artigo 18 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Piratini.

Art. 2º O Artigo 18 do Regimento Interno passa ter seguinte redação:

“Art. 18 – A eleição da Mesa ou preenchimento de cargo far-se-á por maioria simples e escrutínio secreto.

Parágrafo Único: é permitida ao presidente, uma reeleição na mesma legislatura.”

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Piratini, 10 de outubro de 2024.

JOSÉ AURI SOARES
Presidente Legislativo 2024





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE PIRATINI

CNPJ: 22.862.949/0001-33

Rua Bento Gonçalves, 116 - CEP: 96.490-000
(53) 3257-2584 - camara@camarapiratini.rs.gov.br
www.camarapiratini.rs.gov.br

RESOLUÇÃO 01/2025

ALTERA O INCISO I, DO ART.35, CAPÍTULO I,
TÍTULO III, DO REGIMENTO INTERNO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE PIRATINI.

DANIEL MORALES DE MOURA, Presidente da Câmara Municipal de Piratini, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO saber que o plenário aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art.1º O inciso I, do Art. 35, Capítulo I, Título III, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Piratini, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art..35- [...]”

I – Ordinárias, que serão realizadas às quintas-feiras, às 17h, e destinam-se às atividades normais do Plenário.”

Art. 2ª Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratini, 07 de fevereiro de 2025.



DANIEL MORALES DE MOURA
Presidente Legislativo 2025

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE PIRATINI

Rua Bento Gonçalves, nº 6 - Centro, Piratini/RS, CEP: 96490-000
camara@camarapiratini.rs.gov.br
www.camarapiratini.rs.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 08/2025

ALTERA O CAPUT DO ART. 2º, DO REGIMENTO
INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRATINI.

DANIEL MORALES DE MOURA, Presidente da Câmara Municipal de Piratini, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO saber que o plenário aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução.

Art. 1º - O caput do Art. 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Piratini, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - A Câmara realizará as suas reuniões em sua sede oficial, à Rua Bento Gonçalves, nº 6.”

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, 22 de Setembro de 2025.



Nome: Daniel Morales de Moura
CPF: ***.330.540-**

Assinado com certificado digital avançado

DANIEL MORALES DE MOURA
Presidente Legislativo 2025

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE

Documento assinado digitalmente em 22/09/2025 14:31:11
Acesse o endereço: <https://sl.gov.br.cloud/3fyka> para
verificar a autenticidade.

